

# **“Minha carne não me define”: a hipersexualização da mulher negra no Brasil**

*“My meat does not define me”:  
hypersexualization of black woman in brazil*

**Nádia Amaro do Carmo<sup>1</sup>,  
Ozaias da Silva Rodrigues<sup>2</sup>**

1. Bacharela em Serviço Social pelo Centro Universitário Faculdade Maurício de Nassau – Fortaleza. <https://orcid.org/0000-0002-2121-4222>

**nadiamaro2014@gmail.com**

2. Doutorando em Antropologia Social no PPGAS da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). <https://orcid.org/0000-0003-2834-4318>

**ozaiasufc@gmail.com**

**Resumo:** O artigo realiza uma discussão a respeito da hipersexualização da mulher negra brasileira. Esta pesquisa objetiva uma reflexão sobre as construções históricas do papel de mulheres negras no Brasil, consideradas como mero objeto sexual, negando a ocupação de outros lugares na sociedade que não aqueles vinculados ao exercício da sexualidade ou do trabalho compulsório. Além deste lugar naturalizado, as estatísticas apresentam situações que se perpetuam quando estas assumem outros espaços sociais, como a condição salarial, por exemplo, abaixo da que a mulher branca recebe e, que também é inferior à recebida por homens. Sua cor aponta o lugar social, mas também justifica uma sexualidade para atendimento das necessidades do outro. Porém, este lugar que vem sendo desconstruído a partir de outros olhares, repensados pelos movimentos sociais e por uma ciência que considera as diferentes formas de expressão da vida humana. Assim, o objetivo geral do trabalho é analisar os processos de hipersexualização e resistência da mulher negra no Brasil. Para

atingir este objetivo, optou-se pela investigação de caráter bibliográfico, por se adequar ao contexto de produção destas reflexões, para melhor compreensão do tema a ser estudado. Conclui-se destacando o papel do movimento de mulheres e, posteriormente, de mulheres negras, no enfrentamento a situações de naturalização do comportamento da mulher negra e seu lugar social, a partir de compreensão equivocada de sua sexualidade a serviço do outro. E ainda, da necessária articulação e ressignificação de valores, a partir de narrativas construídas a partir de seu lugar social, como mulheres que fizeram e continuam fazendo sua própria história.

**Palavras-chave:** Hipersexualização. Mulher negra. Resistência. História. Brasil.

**Abstract:** The article performs a discussion about brazilian black women hipersexualização. This research objective a reflection on the historical social construction of the role of black women in Brazil, regarded as mere sexual objects, denying the occupation of these woman from other places except than those that are linked to the exercise of sexuality or compulsory work. Beyond this naturalized place, the statistics feature situations that perpetuate when they take on other social spaces, such as the salary condition, for example, receives below the white woman and, is also lower than that received by men. Its color point the social place, but also justifies a sexuality to meeting the needs of the other. But, this place is being deconstructed from other glances, rethought by social movements and a science that considers the different forms of expression of human life. Thus, the overall objective of the work is to analyze the processes of hipersexualização and strength of black women in Brazil. This research has a character bibliographic, for better understanding of the topic to be studied. Concluded by highlighting the role of the women's movement and, later, of black women, in confronting the situations of naturalization of the black woman's behavior and your social place, from misunderstanding your sexuality in the service of the other. And yet, the necessary articulation and ressignification of values, from narratives based from your social place, as women who did and are still doing your own story.

**Keywords:** Hipersexualization. Black woman. Resistance. Story. Brazil.

## Introdução

*eu nunca fui tímida. Eu fui silenciada (Monique Evelle)*

No Brasil existe uma imagem construída sobre as mulheres que têm naturalmente corpos atraentes com seios e bumbuns avantajados, mas quando focamos nas mulheres negras esse imaginário é reforçado, além de vir acompanhado de uma suposta disponibilidade sexual delas, sendo vistas então como mero objeto sexual, como se estas não fossem capazes de ocupar outros lugares na sociedade que não seja aqueles vinculados a sexualidade. A esse fenômeno social dá-se o nome de hipersexualização da mulher negra.

No mercado de trabalho, comparada ao homem, a mulher recebe 30% a menos, contudo, dentro desse contexto está o segmento de mulheres negras que são ainda mais desvalorizadas salarialmente. Ser uma mulher negra no Brasil é desafiador desde o período colonial: naquela época a mesma além de suas atividades na lavoura e no ambiente doméstico da casa grande, eram submetidas aos abusos sexuais dos homens brancos. Nesse contexto de estupro do corpo das mulheres negras havia um discurso usado socialmente de que a mulher branca serviria para o matrimônio, enquanto que a mulher negra serviria para o sexo, algo citado com outros termos por Gilberto Freyre (2012).

Esses imaginários nos fazem questionar o porquê das mulheres negras serem vistas como mero material de prazer. Mas aqui, queremos enfatizar também que as mulheres negras são protagonistas de suas próprias narrativas e de que é preciso partir do lugar de fala do que é ser negro/a no Brasil. Desse modo, o objetivo geral deste artigo é analisar os processos de hipersexualização e resistência da mulher negra ou, em outros termos, pretende-se discutir essa hipersexualização e as formas de resistência através do movimento dessas mulheres na desconstrução da hipersexualidade.

O primeiro tópico traz um histórico da hipersexualização da mulher negra, discutindo a definição do termo, contextualizado na história da colonização e seus desdobramentos referentes ao corpo da mulher negra. Também realizamos um debate em torno da construção identitária das mesmas e do fortalecendo de seus posicionamentos, junto à resistência delas às diversas formas de opressão.

No segundo tópico trabalha-se a compreensão do lugar ocupado pela mulher negra na sociedade brasileira, discutindo o mito de democracia racial, além dos estereótipos designados à mulher negra. É realizado ainda um debate acerca do silenciamento imposto a este segmento social que desvincula-se das narrativas próprias de mulheres negras.

Finalizamos discutindo a importância do movimento de mulheres negras para a desconstrução da hipersexualização das mesmas. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa e bibliográfica. De forma Geral, foram consultados livros, artigos, sites de instituições de pesquisas, poesia, teses e imagens representativas que trazem discussões a respeito da mulher negra.

## **Processos históricos de hipersexualização da mulher negra no Brasil**

Aqui buscamos entender os processos de hipersexualização da mulher negra no Brasil que naturalizou a disponibilidade sexual do corpo negro feminino, colocando-o em situação de vulnerabilidade sexual. A respeito da hipersexualização da mulher negra Oliveira (2010, p. 3) diz que “é possível verificar muitos mitos que circundam esses corpos, vistos como licenciosos, permissivos, sedutores”, isto é, há distintas imagens construídas em torno do corpo da mulher negra. Na representação social da mulher negra é notório que as dimensões sexuais, afetivas, a própria representação corporal, sua sexualidade e hipersexualidade estão enraizadas na sociedade até os dias de hoje (OLIVEIRA, 2016).

De acordo com Oliveira (2016) a lógica escravagista reificou as mulheres negras de duas formas: primeiro como meio de rentabilidade econômica no sistema escravocrata; em seguida, como um produto sexual. Esse ato de apoderar-se do corpo feminino negro permaneceu até mesmo no pós-abolição, reproduzindo estereótipos e expectativas sexuais sobre esse corpo. Acerca disso Oliveira reflete ainda que:

Essas marcas foram carregadas ao longo de todo o processo histórico brasileiro, criando relações de poder e discursos que tem potencial para transformar o corpo negro em um espaço violável, explorável e dominável.

As potências dominadoras e exploradoras que o corpo da mulher negra colonizada carrega são capazes de criar estratégias para se adaptar ao desejo do colonizador (OLIVEIRA, 2016, p. 5)

Na esteira disso, citamos Djamilia Ribeiro (2013) que aponta que o corpo da mulher negra não pertence a ela, visto que desde o Brasil colônia o estereótipo da sexualidade da mesma se constrói e ganha novas roupagens ao longo dos anos. Em concordância com a autora, é possível notar a erotização da mulher negra atrelada a determinadas ideologias, sobretudo, quando estas se aliam a um ideal de nacionalidade visto que as brasileiras são rotuladas como mulheres “naturalmente” sensuais.

Outro exemplo é o de Francisca da Silva de Oliveira, vulga Chica da Silva (1732-1796), negra escravizada que foi alforriada e casou-se com um português. Chica da Silva era reduzida a um objeto sexual. Por vezes, tida como uma mulher vaidosa que usava seu corpo para obter êxito em seus interesses pessoais e ideais políticos. Dentro deste contexto é que a história genuína da população negra é ofuscada e trazida para o olhar do homem branco ocidental. (OLIVEIRA, 2016).

Conceição Evaristo (2016) destaca que Chica da Silva “ora [...] é descrita como negra, ora como mulata clara, ora escura e mesmo morena, mas em todas impera o imaginário sobre a sexualidade exacerbada das pessoas negras, notadamente das mulheres” (p. 143). Mesmo Chica da Silva tendo ganhado notoriedade, a seu modo, a sua notoriedade social e sua vida foram ligadas somente a atividades sexuais. Evaristo (2016) ressalta ainda que a literatura brasileira, destacando obras como as de Gilberto Freyre, é uma das grandes contribuintes para o fortalecimento da imagem hipersexualizada da mulher negra (EVARISTO, 2016).

Essa hipersexualização se relaciona também com a não-possibilidade de vínculos amorosos, o que enseja uma experiência de solidão afetiva dessas mulheres. Assim, “fica fácil notar que mesmo após vários anos e mudanças na história da civilização brasileira, desde a época em que Chica da Silva viveu [...], ainda pairava, na opinião geral da sociedade, que a mulher negra não poderia ser desejável para um relacionamento oficial” (OLIVEIRA, 2016, p. 10).

Além disso, bell hooks (1995), citada por Pacheco (2013), afirma que as mulheres negras são vistas como corpos sem cérebro, tendo relevância somente como procriadoras de novos escravos. Esta representação, consoante com a autora, esteve presente no contexto da colonização e do pós-abolição no qual:

Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado (HOOKS, 1995 *apud* PACHECO, 2013, p. 23)

Isso mostra o quanto a mulher negra, por um lado, é caracterizada apenas como produto sexual e como um alvo de tentativas para atividades sexuais e, por outro lado, não é considerada como uma mulher para se manter relações de afetividade duradoura e nem mesmo para o matrimônio (OLIVEIRA, 2016). Esta caracterização da subserviência sexual se deu a partir uma associação dos negros, notadamente das mulheres, a seres da natureza em decorrência de suas especificidades físicas/biológicas (PACHECO, 2013). Assim, ao animalizar os corpos negros, e também indígenas, a ideologia colonial branca criou um discurso que justificou a violência contra esses corpos. Como aponta María Lugones (2014) “tornar os/as colonizados/as em seres humanos não era uma meta colonial” (p. 938).

Nesse caso, as noções ideológicas raciais das divergências físicas notadas entre os povos foram sendo criadas e se manifestaram, por exemplo, no controle, por parte dos homens brancos, das relações sexuais com mulheres negras, o que segundo Munanga (2004) fez com que no Brasil as teorias racistas fossem postas em prática. Cabe salientar que o produto particular da dominação está nas sustentações históricas da organização masculina. Bourdieu (2012) analisa etnograficamente as estruturas objetivas, explicitando que no campo social o corpo será construído como uma existência sexuada, de modo que “esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao *próprio corpo*, em sua realidade biológica” (BOURDIEU, 2012, p. 18, GRIFO DO AUTOR).

Portanto, o simbolismo dado ao corpo pode ser visto como algo natural, tendo em vista que as diferenças biológicas entre o corpo masculino e feminino podem ser postas como justificativa central da dominação masculina. A mulher negra, neste caso, está imersa no que se conhece por virilidade masculina (BOURDIEU, 2012) e esta virilidade ocasiona, a título de exemplo, em situações como a seguinte:

Praticamente todas as narrativas de escravos do século XIX trazem relatos de violência sexual sofrida pelas mulheres nas mãos de senhores e feitores. O senhor de Henry Bibb forçou uma jovem escrava a ser concubina de seu filho; o feitor de M. F. Jamison estuprou uma jovem e atraente escrava; e o proprietário de Solomon Northup forçou uma das escravas, Patsy, a ser sua parceira sexual (DAVIS, 2017, p. 37).

Não se pode, portanto, esquecer o papel desempenhado pela Igreja uma vez que a mesma exerceu função ativa na colonização da África, mediante atuação de seus missionários. Segundo Nascimento (2017), “o cristianismo, em qualquer das suas formas, não constituiu outra coisa que aceitação, justificação e elogio da instituição escravocrata, com toda sua inerente brutalidade e desumanização dos africanos” (p. 63).

A Igreja repugnava a sexualidade, dimensão esta que era negada pelo europeu e veementemente arquetizada em homens e mulheres negras. Mesmo que estes estivessem na condição de alforriados, não eram aceitos pela massa branca/cristã e além disso, a noção de castidade não era atribuída a ex-cativos libertos. Logo, a respeito do corpo da mulher “os pregadores barrocos preferiam descrevê-lo como a porta do inferno e entrada do Diabo, pela qual os luxuriosos, e gulosos de seus mais ardentes e libidinosos desejos descem ao inferno” (DEL PRIORI, 2011, p.32). Priori reforça que:

Era preciso enfeiar o corpo para castigá-lo. Os vícios e as ‘fervenças da carne’, ou seja, o desejo erótico, tinham como alvo o que a igreja considerava ser ‘barro, lodo e sangue imundo’. Onde tudo era feio porque pecado. Isso, porque a mulher – a velha amiga da serpente e do Diabo – era considerada,

nesses tempos, como veículo da perdição da saúde e da alma dos homens (DEL PRIORI, 2011, p. 29)

Somado a isto a autora fala que estudos comprobatórios revelam que “gestos diretos e a linguagem chula eram destinados às negras escravas e forras ou mulatas; enquanto às brancas reservavam-se galanteios e palavras amorosas” (DEL PRIORI, 2011, p. 46). Portanto, enquanto que as brancas são difíceis e devem ser respeitadas, os “convites” para atos sexuais eram destinados às negras, sendo estas o centro de tentativas sexuais. Porém, havia uma certa ambiguidade em torno desses corpos negros e femininos:

Degradadas e desejadas ao mesmo tempo, as negras seriam o mesmo que prostitutas, no imaginário de nossos colonos: mulheres ‘aptas a fornicção’, em troca de algum pagamento. E na falta de mulheres brancas, fossem para casar ou fornicar, caberia mesmo às mulheres de cor o papel de meretrizes de ofício ou amantes solteiras, em toda história da colonização (DEL PRIORI, 2016-1, p. 46).

É espantosa a ordem das relações de dominação que são estabelecidas (BOURDIEU, 2012), especialmente no âmbito dos direitos, proteções e privilégios que são perpetuados com naturalidade e como eram aceitas todas as formas de existência, mesmo que estas fossem desumanas.

Na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou, em última instância, do sentimento. (BOURDIEU, 2012, pp. 7-8)

Freire (2001) descrevia o ato da violência sexual contra a mulher negra como algo que “independente da falta ou escassez de mulher branca, o

português sempre pendeu para o contato voluptuoso com mulher exótica” (p. 411). Isto é, às mulheres negras era dada a definição de exótico, o que segundo Nascimento (2017) reitera a máxima da “branca para casar, negra para trabalhar, mulata para fornicar” (p. 75). Desse modo, se expressa a vulnerabilidade das mulheres negras haja vista que, em comparação aos castigos dos homens, por exemplo, as mesmas além de “açoiadas” também eram vítimas de estupro. Assim, essas ações sobre o corpo da mulher escravizada representavam o domínio exercido pelos senhores e demarcava rigidamente a sua condição de mão de obra compulsória (DAVIS, 2016, p. 20).

Angela Davis (2016) evidencia que seria reducionismo tratar o estupro como uma exteriorização dos desejos do homem branco. A autora destaca que essa prática “era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir” (DAVIS, 2016, p. 36).

Diante do exposto, Carneiro (2003) realiza uma reflexão acerca da fragilidade feminina afirmando que existe uma construção histórica de um acolhimento paternal dos homens direcionado às mulheres. No entanto, a autora questiona: “de que mulheres estamos falando?” (CARNEIRO, 2003, p. 50). O questionamento se dá porque a realidade da mulher negra se difere da realidade da mulher branca, uma vez que:

Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas como vendedoras, quituteiras ou prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deviam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidades de objetos. Ontem, a serviço das sinhazinhas e de senhores tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas ou mulatas tipo exportação (CARNEIRO, 2003, p. 50).

Refletir sobre o corpo da mulher negra nessas circunstâncias é realizar, sobretudo, um debate referente às representações sociais e suas especificidades no cenário brasileiro, tendo como base o ofício que é assumido por esta mulher na sociedade, principalmente, compreender como foram construídas estas relações de poder e sexualidade (TEIXEIRA E QUEIROZ, 2017).

Nota-se que a hipersexualização das mulheres negras está enraizada na história, o que torna importante o debate acerca da resistência dessas mulheres. Nesse sentido, embora houvessem várias formas de violência, não se pode negar que, em contestação, haviam diversas formas de resistência, tendo em vista, que é “de muita inocência acreditar que em um sistema com antagonismos de classes, somente, a imposição existisse” (SANTANA, 2015, p. 15).

### **Resistência de mulheres negras**

Nota-se que os estudos referentes às condições de mulheres negras e os ofícios que exerciam datam de longos anos. Consoante com Nascimento (2016) as mulheres negras carregam consigo uma herança hedionda que foi a de ser tratada como objeto sexual dos colonizadores, mas não só. Podemos ver isso em Arraes (2017), uma escritora cearense de cordéis, que retrata numa de suas obras a imagem de resistência das mulheres negras, como se pode ver neste cordel em que ela apresenta a imagem de Dandara dos Palmares:

As tarefas femininas  
 De limpar e cozinhar  
 Não eram de seu feitio  
 Que partia para caçar E além da plantação Também sabia lutar.  
 Aprendeu a capoeira  
 Teve arma em sua mão  
 Liderava mil batalhas  
 Feito bravo furacão Era tal como Iansã  
 Do africano panteão.

Assim, a resistência da mulher negra deve ser analisada sob a ótica de seu reconhecimento identitário racial. Segundo Fernandes e Souza (2016), o corpo é uma identidade, posteriormente, usada como meio justificador da hierarquização social. Diante do exposto, Siqueira (2018) deslinda a noção de passividade no que tange a situação da escravidão e sexualização, confirmando que, pelo contrário, “havia descontentamentos individuais [...] paralelamente, essas ações individuais foram dando lugar às resistências coletivas” (SIQUEIRA, 2018, p. 62). A autora aponta que:

Nesse sentido, podemos afirmar que os negros e negras tiveram de travar, durante a escravidão e na pós-abolição, uma luta descomunal contra esse estado de coisas. Com todas as tentativas de silenciamento, de abafamento de suas expressões de resistências, não era possível calá-los, pois a luta e a resistência eram sinônimos de sobrevivência. (SIQUEIRA, 2018, p. 63)

Logo, em se tratando das mulheres negras Davis (2016) relata que elas resistiam ao assédio e protagonizavam rebeliões contra seus senhores, em como os envenenava e posteriormente se uniam aos homens e fugiam em busca de liberdade. “Dos numerosos registros sobre a repressão violenta que os feitores infligiam às mulheres, deve-se inferir que aquela que aceitava passivamente sua sina de escrava era a exceção, não a regra.” (DAVIS, 2016, p. 31). Este ponto de vista, apesar de se tratar da realidade estadunidense, se relaciona com o contexto brasileiro, haja vista que diversos autores, tais como Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, entre outros discorrem ao longo de seus escritos o quanto pessoas de cor dificilmente aceitavam ser determinadas como escravas.

O estupro era prática frequente e não poderia ser resumido à impulsividade do homem branco. Para “colocar a mulher negra em seu lugar” usava-se do abuso sexual para que a mesma não se esquecesse de sua “fragilidade”. Trazendo novamente a relação do ponto de vista de Davis para a realidade brasileira:

Apesar dos testemunhos de escravas e escravos sobre a alta incidência de estupros e coerção sexual, o tema tem sido mais do que minimizado na literatura tradicional sobre escravidão. Às vezes parte-se até mesmo do princípio de que as escravas aceitavam e encorajavam a atenção sexual dos homens brancos. O que acontecia, portanto, não era exploração sexual, mas ‘miscigenação’. (DAVIS, 2017, p. 37)

Em harmonia com Munanga (2004), é possível afirmar que o processo de miscigenação está pautado nos atos de violência sexual, logo, por mais que este processo seja visto de maneira positiva, ele advém do estupro de mulheres negras e indígenas que foram utilizadas como meros objetos sexuais. Conforme Carneiro (2002, p. 181), “o ser mulher negra na sociedade brasileira se traduz

na tríplice militância contra os processos de exclusão decorrentes da condição de raça, sexo e classe.” Ressalta-se que:

Torna-se difícil não reconhecer como os discursos de ideologias raciais e de gênero são estruturantes e ordenam um conjunto de práticas corporais racializadas vividas pelo gênero, na sexualidade, no trabalho, na afetividade e em outros lugares sociais que são ‘destinados’ às mulheres negras. (PACHECO, 2013, p. 24).

A reflexão sobre a imagem das mulheres também é uma parte importante do enfrentamento a estereótipos discriminatórios que autorizam violências. No caso específico das mulheres negras, no Brasil, esses estereótipos são agravados pela carga histórica escravagista de objetificação e subalternidade que reforçam mitos racistas como o da mulher negra hipersexualizada sempre disponível. (INSTITUTO, 2015, p. 5)

A compreensão do contexto em que a mulher negra está inserida nos encaminha, portanto, para um viés que, “não obstante ao período escravocrata onde o corpo era exposto para ser comercializado, hoje ele é exposto para ser consumido” (TEIXEIRA e QUEIROZ, 2017, p. 1). Essa comercialização rechaça a mulheres negras o afastamento das mesmas a contribuição na produção de conhecimento, assim como o acesso ao direito à cidadania de maneira plena, sem as interferências que são estruturadas em estereótipos socialmente construídos.

Na esteira disso, não se pode esquecer o papel desempenhado pelo feminismo e sua importância para o movimento de mulheres negras, que, via de regra, não tinham suas questões específicas como pauta da luta feminista de mulheres brancas. Porém, o desencontro entre essas bandeiras de luta é, segundo a autora, uma construção histórica (PACHECO, 2013). Além disso, o fator racial é relevante porque

As reivindicações das negras não estavam em consonância com os projetos políticos de emancipação do feminismo. [...] Enquanto algumas correntes

do feminismo criticavam o casamento formal, a constituição de família, as mulheres negras falavam de ‘solidão’ e da ausência de parceiros fixos, denunciando, assim, o racismo e o sexismo. (PACHECO, 2013, p. 27)

Soujourner Truth, ainda no século XIX, questionava a importância da mulher negra. Truth era escritora e militante dos direitos da mulher e durante a Convenção dos Direitos da Mulher, a autora de modo improvisado realizou um discurso intitulado *E eu não sou uma mulher?* Em linhas gerais o discurso apontava as diferenças entre o modo como a mulher branca era tratada em comparação à mulher negra (RIBEIRO, 2017, GRIFO NOSSO).

No seu discurso Truth fala sobre a gênese da resistência da mulher, sobretudo, da mulher negra ao afirmar que: “[...] se a primeira mulher que Deus criou foi suficientemente forte para sozinha, virar o mundo de cabeça para baixo, então todas as mulheres, juntas, conseguirão mudar a situação e pôr novamente o mundo de cabeça para cima! E agora elas estão pedindo para fazer isto” (TRUTH, 1943 *apud* RIBEIRO, 2017, p. 13)

Ribeiro (2017) aponta que a resistência negra data de longos anos. No entanto, esta luta não era visibilizada. Xavier (2017) ao escrever para um blog destinado a mulheres, defende que se a palavra *feminismo* deriva do ocidente e foi criada por mulheres brancas, quem pratica o *feminismo* são as mulheres negras. Xavier trabalha a necessidade de se realizar estudos aprofundados acerca do lugar das mulheres negras:

Nesse diálogo, que também se refere a protagonismo, capacidade de escuta e lugar de fala, façamo-nos as perguntas: Que histórias não são contadas? Quem, no Brasil e no mundo, são as pioneiras na autoria de projetos e na condução de experiências em nome da igualdade e da liberdade? De quem é a voz que foi reprimida para que a história única do feminismo virasse verdade? Na partilha desigual do nome e do como, os direitos autorais ficam com as *Mulheres Negras*, as grandes pioneiras na autoria de práticas feministas, desde antes da travessia do Atlântico. Como herdeiras desse patrimônio ancestral, temos em mãos o compromisso de conferir visibilidade às histórias de glória e criatividade que carregamos. Esse *turning point* nas nossas

narrativas relaciona-se com a principal pauta do feminismo negro: o ato de restituir humanidades negadas. (XAVIER, 2017, p. 7, GRIFO DO AUTOR)

Isso posto adentraremos agora na discussão em torno do lugar da mulher negra na sociedade brasileira, explicitando sua luta pelo seu lugar de fala e a desmistificação dos estereótipos criados em torno do corpo da mulher negra.

## **O lugar da mulher negra na sociedade brasileira**

Não se pode pensar o sexismo desvencilhado do racismo porque por trás do “paraíso das três raças” está oculto o mito da democracia racial, quer dizer, a noção de que no Brasil as diferentes raças/etnias vivem em plena harmonia. Gonzalez (1984) realiza uma reflexão em torno do carnaval no qual o corpo da mulher negra é “cultuado” e hiperssexualizado. Ela afirma que:

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas. (GONZALEZ, 1984, p. 228)

Sobre o corpo das mulheres negras pairam os discursos de que são mulatas, gostosas e que despertam o desejo nos homens devido suas curvas. Ao analisar os processos de escravização é possível notar como surgiram as figuras da mulata e da doméstica, por exemplo. Essas figuras eram embasadas na arquétipo da mucama, que era tida como aquela acolhida pela casa grande com o objetivo de auxiliar nas atividades do lar e que por vezes assumia o papel de ama de leite. Assim essas determinações históricas definem o perfil de uma grande parcela da população negra feminina nos dias de hoje. (GONZALEZ, 1984)

Via de regra as mulheres negras são vistas e pensadas somente a partir do corpo. Hooks (1995) destaca que essa ligação entre o racismo e o sexismo reforça a visão de que mulheres negras tem a mentalidade restrita. É válido enfatizar que existe uma classificação de saberes, onde o conhecimento que se sobressai é o do branco em relação ao do negro, o que possibilita enxergar quem pode ou não falar.

É imprescindível falar de mulheres negras a partir delas mesmas, levando em consideração que o corpo, o conhecimento e as produções de modo geral são vistas sob uma ótica colonizadora, na qual segundo Beauvoir (2016) a mulher é definida em relação ao homem, sendo ainda constituída como outro, porém Kilomba (2010) transcende o pensamento de Beauvoir quando expõe que, a mulher negra é o outro do outro. A autora explica que, em se tratando de racismo, o foco do debate é o homem negro, já no debate sobre gênero o direcionamento é dado à mulher branca e o lugar da mulher negra é, portanto, crítico. Aprofundando isso trazemos Ribeiro (2017, p. 24) que escreve:

Mulheres negras, por serem nem brancas e nem homens, ocupam um lugar muito difícil na sociedade supremacista branca por serem uma espécie de carência dupla, a antítese de branquitude e masculinidade. Nessa análise, percebe o status das mulheres brancas como oscilantes, pois são mulheres, mas são brancas, do mesmo modo, faz a mesma análise em relação aos homens negros, pois esses são negros, mas homens. Mulheres negras, nessa perspectiva, não são nem brancas e nem homens, e exerceriam a função de *Outro do Outro*. (grifo da autora)

As condições nas quais os sujeitos estão inseridos, nomeadamente, as mulheres negras, nos levam a refletir sobre os condicionantes que possibilitam ou não o acesso das mulheres negras a lugares de gozo (acesso a saúde, educação, lazer, cultura etc) e exercício de cidadania. “Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades.” (RIBEIRO, 2017, p. 36)

Aqui cabe trazeremos um pequeno resumo do ponto de vista de algumas entrevistadas aos quais mediante diálogos trocados via plataforma online

expuseram suas maiores questões no que tange a vivência de mulheres negras na sociedade e algumas delas no âmbito acadêmico. Para a maioria delas é fato que corpo da mulher negra é aprisionado a um estereótipo de invisibilidade e posteriormente, de exploração. Daí a importância em se repensar a escrevivência de mulheres negras como um “corpus” particular da narrativa brasileira, desvenilhando-o de noções hipersexualizadas e sendo ligados a construção de uma representação intelectual genuína do que é o lugar ocupado por mulheres negras.

Jurema Werneck (2010) alerta que narrativas negras partindo do princípio do que é ser negra é essencial por deslindar as categorias racismo/sexismo/colonialidade, explicitando que mulheres de cor são transpassadas pelas questões étnico-racial, assim como pelo gênero. Convém evidenciar a relevância da autodefinição da mulher negra, como forma de acareação das visões coloniais a respeito do lugar que a mesma ocupa, acima de tudo, essa autodefinição é uma ação potencializadora que rompe com o silêncio que lhes é imposto. Um modelo que representa este silêncio é Anastácia, uma negra escravizada que viveu obrigatoriamente com uma máscara na boca que a impedia de comer e beber e além disso servia como instrumento para imposição do medo, com o intuito de silenciá-la. (RIBEIRO, 2017). Sobre isso, Evaristo (2018, p. 1) em entrevista à Carta Capital afirma que:

Aquela imagem da escrava Anastácia, eu tenho dito muito que a gente sabe falar pelos orifícios da máscara e às vezes a gente fala com tanta potência que a máscara é estilhaçada. E eu acho que o estilhamento é o símbolo nosso, porque a nossa fala força a máscara. Porque todo nosso processo pra eu chegar aqui, foi preciso colocar o bloco na rua e esse bloco a gente não põe sozinha.

Com esta fala, Evaristo (2018) explicita que apesar dos séculos de silenciamento, que se estende à contemporaneidade, a mulher negra vem travando uma luta para romper com essa hierarquização de saberes, com as tentativas de silenciamento, ao ocupar cada vez mais lugares que, historicamente, não foram pensados para elas, mas que agora ganham novos direcionamentos em todos os segmentos da sociedade.

Sabe-se que numa pirâmide social a mulher negra ocupa o lugar que pode ser denominado como a base dessa pirâmide. No Brasil, por exemplo, mulheres ganham 30% a menos que os homens, mas é preciso se questionar de que mulheres estamos falando, pois segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de 2016, as mulheres negras são o maior contingente populacional fora do mercado de trabalho formal e que exerce atividades domésticas. Daí a importância de se indagar sobre o lugar que a mulher negra tem na sociedade brasileira, pois quando pensamos em políticas públicas para mulheres, por exemplo, é necessário entender de que grupo de mulheres estamos falando. Ribeiro (2017) atenta para o fato de que:

Quando, muitas vezes, é apresentada a importância de se pensar políticas públicas para mulheres, comumente ouvimos que as políticas devem ser para todos. Mas quem são esses ‘todos’ ou quantos cabem nesses ‘todos’? Se mulheres, sobretudo negras, estão num lugar de maior vulnerabilidade social justamente porque essa sociedade produz essas desigualdades, se não se olhar atentamente para elas, se impossibilita o avanço de modo mais profundo (RIBEIRO, 2017, p. 25).

Aqui volta-se ao debate realizado anteriormente a respeito do silenciamento, visto que, como colocou Ribeiro (2017), se põe a necessidade de nomeação desses grupos de maior vulnerabilidade para que sejam pensadas ações que possibilitem profundos avanços nas soluções dessas questões, sobretudo, da posição que a mulher negra ocupa.

Além desse lugar de vulnerabilidade social a mulher negra brasileira, lida como mulata ou morena, muitas vezes tem a sua imagem utilizada como um produto comercial do Brasil. Mas não somente isso pois Evaristo (2018) reitera o “imaginário que se faz dela: que a mulher negra samba muito bem, dança, canta, cozinha, faz o sexo gostoso, cuida do corpo do outro, da casa da madame, dos filhos da madame”.

Este é o lugar que a mulher negra vem ocupando historicamente no Brasil: o estereótipo corporal que carregam as desligam das posições de intelectuais, como se estas não fossem “boas” o suficiente para a produção de narrativas ou

de conhecimentos. Evaristo (2018) destaca que, ao “reconhecer que as mulheres negras são intelectuais em vários campos do pensamento, e que produzem artes em várias modalidades, o imaginário brasileiro pelo racismo não se conceberia e muito menos se sustentaria. Para uma mulher negra ser escritora, é preciso fazer “muito carnaval”, primeiro”.

A escrita de Evaristo (2018) é primordial para se entender o quanto historicamente a mulher negra é violentada pelo silêncio que a nega, sendo necessário entender que essa mulher tem demandas específicas que divergem das demandas de mulheres brancas, por exemplo. Este silêncio, de acordo com Ribeiro (2017), precisa ser rompido em nome da necessidade histórica das mulheres negras falarem e serem ouvidas, uma vez que o lugar destinado a esse segmento é o da subalternidade e/ou erotização.

Em conformidade com Piscitelli (2002), mulheres ocupam um lugar de dependência frente ao mundo masculino. Assim, a subordinação feminina pode ser pensada como uma variável a depender do tempo e *lôcus* em que está inserida. “No entanto, ela é pensada como universal, na medida em que parece ocorrer em todas as partes e em todos os períodos históricos conhecidos.” (PISCITELLI, 2002, p. 2). Ainda de acordo com a autora:

As diversas correntes feministas afirmam a existência da subordinação feminina, mas questionam o suposto caráter natural dessa subordinação. Elas sustentam, ao contrário, que essa subordinação é decorrente da maneira como a mulher é construída socialmente. Isto é fundamental, pois a ideia subjacente é a de que o que é construído pode ser modificado. Portanto, alterando as maneiras como as mulheres são percebidas seria possível mudar o espaço social por elas ocupado. (PISCITELLI, 2002, p. 2)

É preciso enfatizar que o feminismo tem ramificações que foram desenvolvidas ao longo do tempo, sendo que estas ramificações expressaram de formas diferentes a metodologia para combater as opressões, além de não homogeneizar suas origens através de um discurso único. Ainda em concordância com Piscitelli (2002) a mulher é construída a partir de seus traços biológicos e relações sociais, como podemos ver a seguir:

Considerando que as mulheres eram oprimidas enquanto mulheres e que suas experiências eram prova de sua opressão, se chegou à conclusão de que a opressão feminina devia ser mapeada no espaço em que as mulheres viviam, isto é, nas suas vidas cotidianas. A conhecida ideia ‘o pessoal e o político’ foi implementada para mapear um sistema de dominação que operava no nível da relação mais íntima de cada homem e cada mulher. (PISCITELLI, 2002, p. 5).

Assim, para redefinir política faz-se necessário a partir da percepção das múltiplas relações hierárquicas existentes em todos os segmentos da vida social. “Como a dominação masculina estaria presente através do tempo e das culturas, poucas instituições poderiam escapar do patriarcado.” (PISCITELLI, 2002, p. 6)

## **Movimento de mulheres negras: desconstruindo a hipersexualização da mulher negra**

Neste tópico faremos um pequeno debate sobre a importância do movimento de mulheres negras para o rompimento do silêncio, sobretudo, com a questão da hipersexualização das mesmas.

A escrivência da mulher negra no Brasil ainda é uma história com lacunas. Mesmo com escritos que tratam sobre mulheres negras na escravização e após o processo de abolição, narrativas de mulheres negras a respeito de suas lutas e enfrentamentos, às diversas formas de opressão, foram silenciadas como se estas não tivessem nada a falar. Desse modo, como sugere Petrônio Domingues (2007, p. 347), é importante questionar “como a mulher negra participou da luta anti-racista nesse período?” Como essas mulheres contribuíram para essa luta apesar das dificuldades de serem lideranças devido à opressão de gênero?

Mesmo com os processos de resistência existentes no período colonial, o Movimento de Mulheres Negras brasileiras, só ascendeu a partir do século XIX, após a perda de credibilidade do sistema escravagista. Um marco para explicar este destaque, que não só o movimento de mulheres negras ganhou, mas também outros segmentos, foi o ano de 1968 que teve forte posicionamento das camadas sociais em Paris, instigando outros países na luta pelos seus direitos. (RODRIGUES; PRADO, 2010).

Conforme Meire Alves (2015) o desempenho do movimento de mulheres negras como um movimento social, partiu do pressuposto do combate à desigualdade racial e de gênero. Posteriormente, vem evidenciar os planos estratégicos para assegurar a sobrevivência de mulheres negras, atravessadas pelo racismo e pela objetificação, sendo os âmbitos acadêmico, escolar e profissional os lugares onde essas opressões mais se manifestam. Domingues (2007) assinala que mesmo após a abolição,

as mulheres negras não assumiram ocupações ideais ou compensadoras; elas tinham que se contentar com os empregos de domésticas, principalmente junto às “famílias tradicionais”. Submetidas a um regime de exploração, as mulheres negras ainda tinham que cuidar dos filhos, manter o cônjuge (ou amásio), comprar os mantimentos, pagar o aluguel, enfim, arcar com as despesas domésticas. (DOMINGUES, 2007, p. 355).

As violações da dignidade dessas mulheres continuaram ao longo do século xx, isto porque, aquelas que não conseguiam ocupar as funções de domésticas, ou outras ocupações como vendedoras, por exemplo, submetiam-se à mendicância ou à prostituição, em casos mais extremos. Somado a estes fatores, as mulheres não-brancas ainda tinham que lidar com os estereótipos que recaíam sobre seus corpos, como mulheres propensas à prostituição, voláteis e lascivas (DOMINGUES, 2007).

Alves (2015) alerta que as estruturas de gênero e raça moldam o paradigma de exclusão racial e de desigualdade econômica, tendo em vista que as mulheres negras são direcionadas, ora a utilização de seus corpos, ora ao trabalho doméstico, situações essas que se aplicam a noção de propriedade privada – ao qual coloca a mulher negra como um produto meramente comercial- e a variável própria da opressão da negra escravizada. As escravas do passado são as periféricas e ocupantes dos cargos de trabalho mais explorados atualmente. A luta contra o estupro, por exemplo, é também uma luta pela sobrevivência das mulheres negras, tendo em vista que o caleidoscópio de coerção e exploração sexual do período escravocrata ainda é responsável pela legitimação do assédio e da hipersexualização dessas mulheres até o século atual. (VILAR, 2018).

Cabe aqui retornar aos fatos históricos, para expor que o movimento de mulheres negras no Brasil, por exemplo, surgiu em meados dos anos de 1970, tendo em sua gênese o Movimento Aqualtune, fundado em 1978 no Rio de Janeiro, grupo vinculado ao Instituto de Pesquisas da Cultura Negra (IPCN). Posteriormente, fundou-se o Nzinga Coletivo de Mulheres Negras, também no Rio de Janeiro. Essas instituições trabalhavam no enfrentamento ao racismo e sexismo sofrido por mulheres negras. (CARVALHO, 2012).

Além disso, por volta de 1930 com a fundação da Frente Negra Brasileira e apesar das mulheres negras não terem sido atrizes principais nesta organização, não se pode negar que elas lutaram bravamente para resistir às lógicas patriarcais defendidas por alguns líderes. Esses homens as alijavam dos processos de tomada de decisão e até mesmo de assumir cargos de gestão. Uma grande conquista nesta batalha foi a chamada “Sala Feminina”: um espaço na sede da Frente Negra Brasileira para tratar, especificamente, das questões das mulheres negras. O que significava um grande avanço, tendo em vista que a FNB era predominantemente gestada por homens (DOMINGUES, 2007).

Ademais, ao realizar um pequeno levantamento de grupos que compoem o Movimento de Mulheres Negras podemos indicar os seguintes: Grupo de Mulheres (GM) associado ao Movimento Negro Unificado (MNU) na Bahia; Maria Mulher (MM) no Rio Grande do Sul; Criola, no Rio de Janeiro e Fala Preta (FP). Estes últimos vislumbraram a realização de projetos na área sustentável, além do combate ao racismo e à discriminação de gênero (RODRIGUES; PRADO, 2010). A integração realizada por esses grupos possibilitou, portanto, uma abertura para que mulheres negras pudessem se articular em favor de suas especificidades e por conseguinte, para que surgissem as primeiras instituições feministas negras.

É válido resgatar também alguns fatos históricos que representam o protagonismo das mulheres negras referente às suas narrativas. No ano de 1994 o Brasil participou e assinou um protocolo de ações na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, mas esta convenção foi ratificada pelo governo brasileiro, apenas, em 1995. Essa Convenção não se restringe a violência, abarcando também outras questões de gênero como, a atuação de mulheres no mercado de trabalho, e a produção de ciência (ALVES, 2015).

Já em 2001 ocorreu a Conferência Mundial sobre Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, na África do Sul. Cabe ressaltar que a referida Conferência foi organizada e comandada por mulheres, sendo que na mesma o Movimento de Mulheres Negras realizou uma atividade social e política, com uma metodologia relevante e reeducativa da sociedade no que se refere ao gênero (ALVES, 2015). Isso demonstra, portanto, a invicta participação de mulheres negras para o fortalecimento dos movimentos negros, seja na articulação das atividades, seja na cobrança por posicionamentos que dessem conta também de suas particularidades.

Para Gonzalez (1982, p. 97) “ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é um objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a coloca no mais baixo nível de opressão”. Significa dizer que mulheres brancas tem suas questões, mas é preciso estar atento ao que é próprio da vivência de mulheres negras. Apesar da ascensão do movimento negro, de modo geral, a violência e opressão contra as mulheres persistem invisibilizadas: “Esses movimentos acabaram produzindo formas de opressão internas, na medida em que silenciaram diante de formas de opressão que articulassem racismo e sexismo, posicionando as mulheres negras em uma situação bastante desfavorável” (RODRIGUES; PRADO, p. 449).

Para Carneiro (2003) as indagações sobre ações excludentes, feitas por mulheres negras, foram pautas essenciais para o “escurecimento” do movimento feminista, o que acarretou na promoção da diversidade de convicções, com o cunho de reiterar novos sujeitos políticos, ademais requisitar a reconhecimento das desigualdades entre os indivíduos. Apesar do silenciamento das problemáticas que envolvem as mulheres negras, sendo estas questões colocadas em segundo plano, as mesmas passaram a buscar sua autonomia política particular. Enquanto movimento o feminismo negro se propôs a discutir as vivências próprias dessas mulheres, articulando-se a questões de racismo, etnia, classe e sexismo (CARVALHO, 2012). Acentua-se que:

O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos

movimento negro e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro (CARNEIRO, 2003, p. 3).

Carneiro (2003) complementa que a luta de mulheres não diz respeito apenas à superação das desigualdades produzidas pela hegemonia patriarcal, mas também a superação das ideologias ramificadas nesse sistema opressivo. “Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira” (CARNEIRO, 2003, p. 4).

A transformação social pretendida pelo movimento de mulheres negras repousa em parte sobre a desestigmatização em torno de seus corpos, combatendo ideias que as impeçam de alcançar e/ou exercer outras funções na sociedade, que não apenas aquelas dadas historicamente. De forma geral, a prática do feminismo negro transforma as mulheres em novas atrizes/agentes políticas.

Por haver diferentes grupos e minorias, cada um tem demandas peculiares que não podem ser consideradas somente a partir da questão de gênero. Daí a importância da discussão sobre o racismo, uma vez que a variável racial é responsável pela produção de gêneros inferiorizados (CARNEIRO, 2003). Assim, a violência sexual, por exemplo, nega o papel da mulher negra na construção da cultura nacional e além disso, a experiência sócio-política, cultural e intelectual dessas mulheres não são legitimadas (CARNEIRO, 2003).

O movimento de mulheres negras exerceu um protagonismo inenarrável frente às suas questões, sobretudo, no que diz respeito ao silenciamento que lhes foi imposto. São inúmeras as dificuldades encontradas pelo movimento, como a de estabelecer bases em prol da autonomia do mesmo e a disputa tendencial por poder ou acesso a recursos, dentre outras questões. No entanto:

O Movimento de Mulheres Negras pode ser compreendido como um laboratório de reinvenção de experiências do presente, e a sua aparente unidade

é sempre sustentada pelas negociações, decisões conflitivas, trocas simbólicas constantemente ativas, mas não aparentes na superfície da ação. Isso nos permite compreender o fato de que, mesmo vivendo dilemas internos em relação à sua forma de organização nacional, as diferentes concepções acerca da autonomia do movimento, os conflitos entre setores e organizações do movimento, entre outros, este conseguiu se consolidar como um importante interlocutor na esfera pública nacional. (RODRIGUES; PRADO, 2010, p. 451).

O consenso desse movimento então é atravessado por diversas disputas e negociações que em nada o enfraquece, mas o fortalece pois coloca abaixo as noções e determinações que põe mulheres negras para além do que está posto nas noções de mulher servil que não possui a capacidade intelectual de contribuir para a resignificação da história brasileira, na qual esta aparece também como grande protagonista e agente de transformação ativa.

## **Considerações finais**

A priori, a presente pesquisa esteve diretamente focada a vicissitudes de mulheres negras. No entanto, houve certa ampliação de conhecimentos que possibilitaram o entendimento das ramificações existentes na sexualização de mulheres negras, sobretudo, a contribuição das relações de poder para construções teóricas voltadas a naturalização da objetificação dessas mulheres.

Mesmo com a opressões que as atravessam as mulheres negras resistiram e é inegável a contribuição do Movimento Feminista para elas, ainda que este, num primeiro momento, não abarcasse as especificidades do cotidiano de mulheres negras. Na história, a mulher negra, foi pensada ora pelo seu corpo e por isso quase sempre hipersexualizada, ora como doméstica sendo-lhe destinada tarefas de casa, por conseguinte impossibilitada de construir suas narrativas ou ocupar espaços socialmente criados para outras camadas da sociedade.

Percebe-se que, mesmo diante da abolição da escravatura os/as negros/as ainda hoje lutam contra as construções eurocêtricas daquela época, sendo possível notar que esta camada ainda ocupa lugares de subalternidade, nos quais lhes são negados o direito ao seu lugar de fala na sociedade. Contudo,

como pontuamos no texto, é possível notar que, mesmo diante das inúmeras questões que afastam mulheres negras da contribuição na narrativa nacional, é possível perceber o destaque que estas vêm alcançando na (re)construção da história brasileira, sobretudo, na produção de ciência.

Lembremos que essas mulheres fazem parte de uma porcentagem pequena que tem conseguido acessar espaços nos quais antes só lhes davam direito a cargos que estivessem diretamente ligados a atividades domésticas, impossibilitando-as de acessá-los de outra forma. Conclui-se que uma forma de enfrentamento a esta questão é a reeducação social, referente a história do povo negro, viabilizando que este tenha sua voz respeitada, e, para além disso, que suas narrativas sejam construídas a partir do próprio sujeito, dentro de suas especificidades.

## Referências

ALVES, Meire Viana. **O Movimento da Mulher Negra brasileira: história, tendência e dilemas contemporâneos**. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-movimentoda-mulher-negra-brasileira-historia-tendencia-e-dilemas-contemporaneos/>. Acesso em: 16 nov. 2018.

ARRAES, Jarid. A objetificação e hipersexualização da mulher negra. **Revista Fórum**, 4 set. 2014. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/questao Degenero/2014/09/04/objetificacaoehipersexualizacao-da-mulher-negra/>. Acesso em:

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: **Racismo Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Takano, 2003.

CARVALHO, Rayssa Andrade. Movimento de Mulheres Negras e a Luta Pela Afirmação dos Direitos Humanos no Brasil. **Cadernos Imbondeiro**. João Pessoa,

v.2, n.1, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/ci/article/download/14252/8826>> Acesso em 20 nov, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORI, Mary. **Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

DOMINGUES, Petrônio. Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil. **Cadernos Pagu**. 2007. p. 345-374. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/BxK3GdGdpbRc8XCygtTGcx/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 30 nov 2021.

EVARISTO, Conceição. **Chica que manda ou a Mulher que inventou o mar?** Minas Gerais, 2001. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/arquivos/artigos/criticas/Artigoconceicao1chicaquemanda.pdf>. Acesso em: 25 out 2018.

FERNANDES, Viviane Barbosa; SOUZA, Maria Cecília Catez Christiane. Identidade Negra entre Exclusão e Liberdade. **Revista Estudos Brasileiros**. n. 63, p. 103-120, abril. 2016. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rieb/n63/0020-3874-rieb-63-0103.pdf>> Acesso em: 18 de set. 2018.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 42 ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**,

Anpocs, 1984. p. 223-224. Disponível em: < [http://www.academia.edu/27681600/Racismo\\_e\\_Sexismo\\_na\\_Cultura\\_Brasileira\\_\\_L%C3%A9lia\\_Gonzales.pdf](http://www.academia.edu/27681600/Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira__L%C3%A9lia_Gonzales.pdf)> Acesso em: 25 out 2018.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. **Revista Estudos Feministas**. v. 3, n. 2. p. 464-478, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>. Acesso em: 20 set. 2018.

INSTITUTO PATRICIA GALVÃO. Violência e Racismo. In: **Violência contra as mulheres**, 2015. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-eracismo/#assediosexual-e-mulheres-negras>. Acesso em: 19 out. 2018.

KILOMBA, Grada. **A Máscara**. São Paulo. 2010. Disponível em: <https://www.revistas>.

usp.br/ct/article/viewFile/115286/112968. Acesso em: 25 set 2018.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22 (3): 320, setembro-dezembro/2014.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/432688/docslide.com.br+rediscutindo-a-mesticagem-nobrasilkabengele-munanga.pdf>>. Acesso em: 25 out 2018.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro**: o processo de um racismo mascarado. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

OLIVEIRA, Gabriela Almeida. **Mulheres Negras**: corpos em luta. 2016. 25 f. Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ucb.br/jspui/bitstream/123456789/9482/1/GabrielaAlmeidadeOliveiraTCGradua%C3%A7%C3%A3o2016.pdf>> Acesso em: 22 out. 2018.

PISCITELLI, Adriana. **Cultura e Gênero**. São Paulo. 2002. Disponível em: <<http://www.culturaegenero.com.br/download/praticafeminina.pdf>> Acesso em: 10 dez. 2018.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Mulher Negra**: afetividade e solidão. Bahia: EDUFBA, 2013.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

PARKINSON, Justin. Sarah Baartman: a chocante história da africana que virou atração de circo. **BBC News Brasil**. 11 jan. 2016. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160110\\_mulher\\_circo\\_africa\\_lab](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160110_mulher_circo_africa_lab)>. Acesso em 23 out. 2018.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Maximo. Movimento de Mulheres Negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o estado brasileiro.

**Psicologia e Sociedade**. v. 22, n.3. p. 445-456. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n3/v22n3a05.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

SANTANA, Humberto Manoel. **A Família Negra e os Territórios de Ressignificação**:

a construção da identidade racial e a formação educacional. 2015. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação Lato Sensu em Estudos Étnicos e Raciais: Identidades e Representações) - Instituto Federal da Bahia – IFBA, Bahia, 2015.

SILVA, Denise Quaresma; FOLBERG, Maria Nestovzky. De Freud a Lacan: as ideias sobre a feminilidade e a sexualidade feminina. **Estudos de Psicanálise**. n. 31. P. 50-58. Outubro, 2008. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ep/n31/n31a07.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2018.

SIQUEIRA, Sandra Maria Marinho. 130 anos da abolição da escravidão e a luta antirracista das mulheres negras organizadas em coletivos. **Universidade e Sociedade**. n. 62, p. 60-73, Junho. 2018. Disponível em:

TEIXEIRA, Maria Santana dos Santos Pinheiro; QUEIROZ, Josiane Mendes. **Corpo em Debate: a objetificação e sexualização da mulher negra**. Bahia, 2017. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/69359405-Corpo-em-debate-a-objetificacao-e-sexualizacao-damulher-negra.html>>. Acesso em 19 out. 2018.

VILAR, Caroline Coelho. **A Luta pela Sobrevivência: o desafio de ser mulher negra no Brasil**. 2018. Disponível em: < <https://movimentorevista.com.br/2018/01/o-desafio-de-sermulher-negra-no-brasil-racismo-feminismo-escravida/>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

XAVIER, Giovana. **Feminismo: direitos autorais de uma prática linda e preta**. Folha de S.Paulo. 2017. Disponível em: <<https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2017/07/19/feminismo-uma-pratica-linda-epreta/>>. Acesso em: 18 out. 2018.

WERNECK, Jurema. **Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro, Criola, 2010. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/handle/11465/886>> Acesso em: 15 jan 2020

**Recebido:** 25/03/2021

**Aceito:**27/11/2021